



# **Mineração Minas Bahia S.A.**

Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2022  
e relatório do auditor independente



**Índice**

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis .....	4
Balanço patrimonial.....	8
Demonstração do resultado .....	9
Demonstração do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	13
Composição da diretoria e gerência geral financeira .....	25

## Relatório da administração

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Contexto operacional

A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na rua Paraíba, 1.000, 2º andar, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Atualmente, a Companhia está em fase de pesquisa, realizando estudos e sondagens de recursos minerais, e vem despendendo seus recursos em pesquisa, sondagem, avaliação econômica do projeto de exploração de recursos minerais, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

As áreas onde a Companhia possui suas reservas de minério de ferro estão localizadas na região norte do Estado de Minas Gerais (próxima à divisa com o Estado da Bahia), no Município de Grão Mogol, onde está sendo instalada a base para suas operações.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 217.157 (2021, R\$ 223.561) e apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 233 (2021, negativo R\$ 1.695). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG S.á r.l. ("Grupo ERG"), através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. ("BM BV"), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

### Capital social

O capital social autorizado está representado por 296.866 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) de ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 297.

### Continuidade operacional

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro exercício social com impactos pela pandemia do Covid-19, a Companhia continuou a tomar medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais. Vale ressaltar que a Companhia avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados a Covid-19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia, bem como o seu futuro operacional.

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamentos críticos pela administração da Companhia.

### Responsabilidade da administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.



**Diretores**

Os diretores em exercício durante o ano de 2022 e até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2022 encontram-se a seguir indicados.

*Eduardo Ledsham*

---

Eduardo Ledsham  
**Diretor Presidente**

*Alexandre Aigner*

---

Alexandre Aigner  
**Diretor**

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**Mineração Minas Bahia S.A.**  
Belo Horizonte - Minas Gerais.

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Minas Bahia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 8, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou a baixa do saldo de ativo intangível referente a direitos de exploração no valor de R\$ 1.543 mil. Não obtivemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas em relação ao referido saldo. Dessa forma, não foi possível determinar se a baixa do ativo registrada pela Companhia ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizada na sua competência correta ou se deveria ter sido reconhecida em exercícios anteriores, assim como seus correspondentes impactos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfase - incertezas envolvendo as atividades exploratórias da Companhia

Chamamos a atenção para a nota explicativa 7 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia despendeu montantes significativos relacionados aos ativos fixos, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerárias pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Os planos da administração em relação às suas atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 3(a). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de outubro de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC BA-025348/O

**Balço patrimonial**  
**31 de dezembro de 2022**  
(Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	829	2.141
Tributos a recuperar		75	24
Outros ativos		5	19
		<b>909</b>	2.184
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Fundos restritos	6	863	736
Tributos a recuperar		368	368
		<b>1.231</b>	1.104
Imobilizado	7	2.451	2.578
Intangível	8	-	1.543
		<b>2.451</b>	4.121
<b>Total do ativo</b>		<b>4.591</b>	7.409
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		446	91
Partes relacionadas		628	370
Obrigações fiscais e sociais		61	-
Outros passivos		7	28
		<b>1.142</b>	489
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos com partes relacionadas	9	160.206	171.413
Provisão para riscos trabalhistas	10	386	343
Recuperação ambiental	11	1.908	619
		<b>162.500</b>	172.375
<b>Total do passivo</b>		<b>163.642</b>	172.864
<b>Patrimônio líquido negativo</b>			
Capital social	12 (a)	297	297
Contribuição ao capital	12 (b)	57.809	57.809
Prejuízos acumulados		(217.157)	(223.561)
		<b>(159.051)</b>	(165.455)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>		<b>4.591</b>	7.409

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas gerais e administrativas	13	<b>(2.173)</b>	(816)
Outras despesas, líquidas	14	<b>(2.875)</b>	(254)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(5.048)</b>	(1.070)
Receitas financeiras		<b>22.593</b>	12.090
Despesas financeiras		<b>(11.141)</b>	(23.824)
<b>Resultado financeiro</b>	15	<b>11.452</b>	(11.734)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>6.404</b>	(12.804)
Tributos sobre o lucro		-	-
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>6.404</b>	(12.804)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>6.404</b>	<b>(12.804)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>6.404</b>	<b>(12.804)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<b>Capital social</b>	<b>Contribuição ao capital acumulada</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	297	57.809	(210.757)	(152.651)
Prejuízo do exercício	-	-	(12.804)	(12.804)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	297	57.809	(223.561)	(165.455)
Prejuízo do exercício	-	-	<b>6.404</b>	<b>6.404</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>297</b>	<b>57.809</b>	<b>(217.157)</b>	<b>(159.051)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		6.404	(12.804)
<b>Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício</b>			
Depreciação e amortização	7 e 8	127	133
Provisões e reversões, líquidas	14	1.332	237
Perdas na baixa de ativo intangível	8 e 14	1.543	-
Atualização de valor justo	15	(11.313)	(11.974)
Juros e variação cambial	15	129	23.822
<b>Variações no capital circulante</b>			
Tributos a recuperar		(51)	(19)
Fundos restritos	6	(127)	(30)
Fornecedores		355	60
Partes relacionadas		235	45
Obrigações fiscais e sociais		61	-
Outros ativos e passivos		(7)	31
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>		<b>(1.312)</b>	<b>(499)</b>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(1.312)	(499)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.141	2.640
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>829</b>	<b>2.141</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.



## **1. Contexto operacional**

A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na rua Paraíba, 1.000, 2º andar, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

### **(a) Impactos do Covid-19 (Coronavírus)**

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro exercício social com impactos pela pandemia do Covid-19, a Companhia continuou a tomar medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais. Vale ressaltar que a Companhia avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados a ao Covid-19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia, bem como o seu futuro operacional.

### **(b) Aprovação das demonstrações contábeis**

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de outubro de 2023.

## **2. Políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

### **2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas**

O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros.

A Administração da Empresa avalia que não há impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

### **2.3 Conversão em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **(b) Transações e saldos**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **2.5 Ativos financeiros**

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria "mesurados ao custo amortizado". A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

#### **(a) Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### **(b) Mensuração**

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subseqüentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

### **(c) Impairment de ativos financeiros**

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo CPC 48 / IFRS 9:

- Caixa e equivalente de caixa; e
- Fundos restritos.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

### **2.6 Fundos restritos**

Refere-se a contratos de garantia financeira cujos termos que requerem pagamento para fins de reembolso do segurado por perdas por ele incorridas quando a Companhia deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento da dívida. Durante o período contratado, os valores em questão permanecem indisponíveis. Fundos restritos são aplicações financeiras inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente pelo custo amortizado.

### **2.7 Tributos a recuperar**

Os impostos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

### **2.8 Imobilizado**

#### **(a) Reconhecimento e mensuração**

Edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações são demonstrados pelo custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

## 2.8 Imobilizado (continuação)

### (b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos;
- Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

## 2.9 Intangível

### (a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil dos softwares de cinco anos.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

### (b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

## 2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, e que atende aos requerimentos de avaliação de *impairment* mencionados no CPC 01 / IAS 36. Os fluxos de caixa são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.



### 2.10 *Impairment* de ativos não financeiros (continuação)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam sendo amortizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

A Administração avaliou possíveis perdas de valor recuperável dos seus ativos e não identificou efeitos nos exercícios apresentados.

### 2.11 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

### 2.12 Empréstimos

Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

### 2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

A Companhia encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa.

## **2.15 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.16 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

## **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir:

### **(a) Continuidade operacional**

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

## Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos (continuação)

#### (b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, para liquidação dos gastos referentes as despesas de exploração, pesquisa, sondagem e administrativas, não prevê a incidência de juros. Com isso, os ajustes a valor justo adotados são realizados como intuito de refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

### 4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### (a) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas abaixo:

##### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

##### (ii) Seleção dos cenários

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi a cotação do dólar de fechamento. Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

##### (iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2022	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
<b>Empréstimos com partes relacionadas (passivo)</b>	30.653	5,2177	159.941	199.925	239.910
<b>Impacto no resultado do período (despesa)</b>			-	(39.985)	(79.970)

## Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 4. Gestão de risco financeiro (continuação)

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a contas a receber de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### (c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador.

#### (d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos.

		2022	2021
<b>Ativos</b>	<b>Categoria</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	829	2.141
Fundos restritos	Ao custo amortizado	863	736
		<b>1.692</b>	<b>2.877</b>
<b>Passivos</b>	<b>Categoria</b>		
Fornecedores	Ao custo amortizado	446	91
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	628	370
Empréstimos	Ao custo amortizado	160.206	171.413
		<b>161.280</b>	<b>171.874</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos bancários à vista	13	135
Aplicações financeiras de curto prazo	816	2.006
	<b>829</b>	<b>2.141</b>

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI").

**Notas explicativas as demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Fundos restritos**

Por determinação judicial, através de processo litigioso, foi contratada uma garantia financeira (fiança) para assegurar provável dívida pecuniária, referente a verbas trabalhistas não calculadas pela Companhia KVN South América Mineração, onde a Companhia Minas Bahia responde solidariamente.

A fiança sem prazo de vencimento foi reajustada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o cumprimento ao contrato da referida fiança, a Companhia mantém aplicações CDB-DI no montante de R\$ 863 (2021 – R\$ 736), sem liquidez imediata, com rentabilidade vinculada ao CDI, em moeda nacional e de baixo risco de crédito, com o garantidor da fiança, Itaú Unibanco.

**7. Imobilizado**

	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	5.574	960	291	495	7.320
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.574</b>	<b>960</b>	<b>291</b>	<b>495</b>	<b>7.320</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	(3.177)	(719)	(218)	(495)	(4.609)
Depreciação	(70)	(47)	(16)	-	(133)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(766)</b>	<b>(234)</b>	<b>(495)</b>	<b>(4.742)</b>
<b>Saldo contábil</b>					
Custo total	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada	(3.247)	(766)	(234)	(495)	(4.742)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.327</b>	<b>194</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>2.578</b>
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2022	<b>5.574</b>	<b>960</b>	<b>291</b>	<b>495</b>	<b>7.320</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.574</b>	<b>960</b>	<b>291</b>	<b>495</b>	<b>7.320</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2022	<b>(3.247)</b>	<b>(766)</b>	<b>(234)</b>	<b>(495)</b>	<b>(4.742)</b>
Depreciação	<b>(69)</b>	<b>(43)</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>(127)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.316)</b>	<b>(809)</b>	<b>(249)</b>	<b>(495)</b>	<b>(4.869)</b>
<b>Saldo contábil</b>					
Custo total	<b>5.574</b>	<b>960</b>	<b>291</b>	<b>495</b>	<b>7.320</b>
Depreciação acumulada	<b>(3.316)</b>	<b>(809)</b>	<b>(249)</b>	<b>(495)</b>	<b>(4.869)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.258</b>	<b>151</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>2.451</b>

**Notas explicativas as demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



**8. Intangível**

	<b>Direitos minerários</b>	<b>Softwares</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>			
Em 1º de janeiro de 2021	1.543	178	1.721
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	1.543	178	1.721
<b>Amortização acumulada</b>			
Em 1º de janeiro de 2021	-	(178)	(178)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	(178)	(178)
<b>Saldo contábil</b>			
Custo total	1.543	178	1.721
Amortização acumulada	-	(178)	(178)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	1.543	-	1.543
<b>Custo</b>			
Em 1º de janeiro de 2022	1.543	178	1.721
Baixas (i)	(1.543)	-	(1.543)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	178	178
<b>Amortização acumulada</b>			
Em 1º de janeiro de 2022	-	(178)	(178)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	(178)	(178)
<b>Saldo contábil</b>			
Custo total	-	178	178
Amortização acumulada	-	(178)	(178)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	-

(i) Em 2022, a Companhia reconheceu uma baixa relacionada ao custo histórico de direitos minerários que não fazem parte do portfólio mineral estratégico da Companhia.

**9. Empréstimos com partes relacionadas**

**(a) Transações e saldos**

Os saldos com partes relacionadas possuem a seguinte composição:

	<b>2022</b>		<b>2021</b>	
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>
Bahia Mineração S.A. (i)	628	33	370	(58)
	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>
Bahia Minerals B.V. (ii)	159.941	11.238	171.061	(11.764)
Bahia Mineração S.A. (ii)	265	(87)	352	(26)
	<b>160.206</b>	<b>11.151</b>	171.413	(11.790)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>160.834</b>	<b>11.184</b>	171.783	(11.848)

## Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 9. Empréstimos com partes relacionadas (continuação)

#### (a) Transações e saldos (continuação)

##### (i) Contrato de rateio de gastos administrativos

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com a Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”). O contrato de *cost sharing* possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

##### (ii) Contratos de mútuo e empréstimos

Os contratos de mútuo, entre a Companhia e a BAMIN, assim como os contratos de empréstimos sob o formato de *Profit Participating Loans* (nota 2.12), com a Bahia Minerals B.V., tem uma taxa de desconto de 7% (2021, 7%), onde os custos de mútuos e empréstimos, sob o formato *Profit Participating Loans*, foram de R\$ 129 (2021, R\$ 23.822), assim como, têm estimativa de pagamento para o ano 2027 e ajuste de valor justo de R\$ 11.313 (2021, R\$ 11.974).

#### (b) Transações e movimentações

	2022	2021
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>171.783</b>	159.890
Rateio de despesas administrativas	235	45
Juros e variação cambial, líquidos	129	23.822
Atualização de valor justo	(11.313)	(11.974)
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>160.834</b>	171.783

### 10. Provisões para riscos trabalhistas

	2022	2021
Trabalhistas	386	343

A Companhia possui provisões referentes a verbas trabalhistas não calculadas pela Companhia KVN South América Mineração, onde a Companhia responde solidariamente, avaliados pelos consultores jurídicos como sendo de risco provável.

#### Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Na data base de 31 de dezembro de 2022 não foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas (em 2021 foi de R\$ 188). Estes litígios estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível, portanto não estão provisionados. Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

## 11. Recuperação ambiental

	2022	2021
Recuperação ambiental	1.908	619

A Companhia reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a presente data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

## 12. Patrimônio líquido negativo

### (a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 296.866 ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas em 296.865 ações pertencentes a Bahia Minerals B.V. e 1 ação pertencente a Bahia Mineração S.A.

### (b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 57.809 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

De acordo com o CPC 32 / IAS 12, o tributo diferido não é reconhecido sobre contribuição ao capital, uma vez que a contribuição ao capital não gera diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos saldos patrimoniais. A contribuição de capital não está sujeita a tributação no Brasil.

## 13. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Consultorias, acessórias e serviços gerais	1.425	346
Aluguéis e locações	334	-
Pessoal	176	32
Depreciações e amortizações	127	133
Seguros, <i>facilities and utilities</i>	44	-
Viagens, estadias e eventos corporativos	1	226
Outros	66	79
	<b>2.173</b>	<b>816</b>

## 14. Outras receitas (despesas), líquidas

	2022	2021
Provisões para riscos trabalhistas	43	49
Reversões de provisões para riscos trabalhistas	-	(56)
Provisões para recuperação áreas degradadas	1.289	244
Perda na baixa de ativo intangível	1.543	-
Outros	-	17
	<b>2.875</b>	<b>254</b>



**15. Resultado financeiro**

**Receitas financeiras**

Receitas de aplicação financeira  
Atualização de valor justo  
Variação cambial ativa sobre empréstimos

**Despesas financeiras**

Juros sobre empréstimos  
Variação cambial passiva sobre empréstimos  
Outras despesas financeiras

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>271</b>	116
	<b>11.313</b>	11.974
	<b>11.009</b>	-
	<b>22.593</b>	12.090
	<b>(11.138)</b>	(11.661)
	-	(12.160)
	<b>(3)</b>	(3)
	<b>(11.141)</b>	(23.824)
	<b>11.452</b>	(11.734)



**Diretoria**

*Eduardo Ledsham*

Eduardo Ledsham  
**Diretor Presidente**

*Alexandre Aigner*

Alexandre Aigner  
**Diretor**

**Gerência Geral Financeira**

*Pedro Machado*

Pedro Machado  
**Gerente Geral Financeiro**

*Rilson Cruz*

Rilson Cruz  
**Contador**  
CRC BA 036891/O-5